

9. PROCESSO RELATIVO À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DESTINADA ÀS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Do **DMGAP-DACPGP** submetendo à consideração do Executivo Municipal o processo mencionado em epígrafe.

Parecer

A competência para autorização da despesa e aprovação do programa de concurso e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo. A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão de 14 de Dezembro de 2018), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão e objeto de alteração por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de Braga, datada de 15/março/2019

O Diretor de Departamento,



(Carlos Meireles)

2019 / 04 / 17

Despacho

Remeta-se à aprovação do Órgão Executivo.

O Presidente da Câmara,


1. Informação
Data

17/04/2019

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Leila Camacho	Técnica Superior

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/4/19/DACPGP	Lote 1: 1 037 673,85 €	24 meses
	Lote2: 838 743,02 €	
	Lote3: 834 944,72 €	
	Lote 4: 707 729,95 €	
	Lote5: 6 293 103,24 €	
Objeto	Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal> 20,7 kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT – Média Tensão (lote4) e “Iluminação Pública” (lote 5),	
CPV	65310000-9 Distribuição de eletricidade	

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Seg.s	TOTAL
2 428 048,69 €	4 856 097,40 €	2 428 048,69 €	-	9 712 194,78 €

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

- 3.2** Da escolha do procedimento de concurso público com publicação internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP.
- 3.3** Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47 do CCP;
- 3.4** Do gestor do contrato (art.º 290º-A) : Bruno Correia
- 3.5** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67, n.º1 do CCP, o qual só entrará em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.
- 3.6** Da delegação no júri (nos serviços do DPCG/DACPGP – Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão do Património), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
- 3.9.1. A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
- 3.9.2. A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- 3.9.3. Notificação da decisão de adjudicação e apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP
- 3.7** Do programa de concurso, do caderno de encargos, e da minuta do anúncio em anexo, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.8** Aprovação do Minuta de Anúncio do concurso Público na INCM, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP

4. Aquisição de serviços – LOE2019

O artigo 63.º, n.º 1 da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019 (Lei do OE/2019), refere que "Os valores gastos com contratos de aquisição de serviços ..., que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2018, não podem ultrapassar:

- a) Os valores gastos de 2018, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou
- b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos gastos em 2018."

No caso em apreço, os limites referidos nas alíneas a) e b) do nº1 do artigo 63º da Lei nº71/2018 de 31 de Dezembro (LOE 2019) não são aplicáveis, por força do disposto no na alínea a) do nº2 do mesmo artigo 63º, conjugado com o nº6 do artigo 60º e com o nº2 do artigo 1º da Lei nº23/96 de 26 de Julho.

5. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, esta aquisição justifica-se com a necessidade de se dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica ao Concelho Braga, tanto

ao nível da iluminação pública como do fornecimento de energia para edifícios e instalações municipais.

6. Cabimento Prévio N.s Seqs: 41208 e 41209

7. Escolha do procedimento (20.º n.º 1 a))

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação conjugado com a linha c) do n.º 3 do artigo 474º do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365: acima dos 221.000,00 deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 9 712 194,78€ , sem IVA

8. Fundamentação do Preço Base

O preço base foi definido, após consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP, e resultou da média dos preços de mercado obtidos.

Foram solicitados diversos orçamentos, tendo sido apresentadas 3 propostas informais, que de acordo com o quadro apresentado infra ajudaram a definir os preços base para o presente contrato, nos termos referenciados no parágrafo anterior.

		Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média
Energia ativa		PEA (Preço da energia ativa) (€/kWh)	PEA (Preço da energia ativa) (€/kWh)	PEA (Preço da energia ativa) (€/kWh)	Média
BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada ≤ 20,7 kVA					
Tarifa de venda a clientes finais em BTN, potência contratada ≤ 20,7 kVA					
Simplex	Todas as horas	0,0969 €	0,0985 €	0,0762 €	0,0905 €
Bi-horário	Horas de vazio	0,0912 €	0,1053 €	0,0672 €	0,0879 €
	Horas fora de vazio	0,0992 €	0,0864 €	0,0832 €	0,0896 €
Tri-horário	Horas de cheia	0,0986 €	0,1097 €	0,0810 €	0,0964 €
	Horas de ponta	0,1010 €	0,1043 €	0,0936 €	0,0996 €
	Horas de vazio	0,0914 €	0,0864 €	0,0673 €	0,0817 €
BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada > 20,7 kVA					

Tarifa de venda a clientes finais em BTN, potência contratada > 20,7 kVA					
Tri-horário	Horas de cheia	0,0986 €	0,1094 €	0,0810 €	0,0963 €
	Horas de ponta	0,1010 €	0,1043 €	0,0936 €	0,0996 €
	Horas de vazio	0,0914 €	0,0858 €	0,0673 €	0,0815 €

BTE- Baixa Tensão Especial					
Tarifa de venda a clientes finais em BTE					
Ciclo Diário	Horas de ponta	0,1080 €	0,10498 €	0,08130 €	0,0981 €
	Horas cheias	0,1009 €	0,09936 €	0,08090 €	0,0937 €
	Horas de vazio normal	0,0932 €	0,08836 €	0,06960 €	0,0837 €
	Horas de super vazio	0,0852 €	0,07836 €	0,06310 €	0,0756 €
Ciclo Semanal	Horas de ponta	0,1080 €	0,10498 €		
	Horas cheias	0,1009 €	0,09936 €		
	Horas de vazio normal	0,0932 €	0,08836 €		
	Horas de super vazio	0,0852 €	0,07836 €		

MT - Média Tensão					
Tarifa de venda a clientes finais em MT					
Anual	Horas de ponta	0,1045 €	0,09940 €	0,08160 €	0,0952 €
	Horas cheias	0,0982 €	0,09487 €	0,07610 €	0,0897 €
	Horas de vazio normal	0,0910 €	0,08078 €	0,06100 €	0,0776 €
	Horas de super vazio	0,0850 €	0,07521 €	0,06040 €	0,0735 €

IP - Iluminação Pública					
Tarifa de venda a clientes finais em BT para iluminação pública					
Simplex	Todas as horas	0,0969 €	0,0915 €	0,0762 €	0,0882 €
Bi-horário	Horas de vazio	0,0912 €	0,1042 €	0,0672 €	0,0875 €
	Horas fora de vazio	0,0992 €	0,0850 €	0,0832 €	0,0891 €
Tri-horário	Horas de cheia	0,0986 €	0,1212 €	0,0810 €	0,1003 €
	Horas de ponta	0,1010 €	0,1038 €	0,0936 €	0,0966 €
	Horas de vazio	0,0914 €	0,0850 €	0,0673 €	0,0812 €

9. Adjudicação por lotes

9.1 Nos termos do disposto no n.º1 do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, propõe-se a adjudicação por lotes, conforme a potência a contratar, nos termos seguintes

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) \leq 20,7 kVA;
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) $>$ 20,7 kVA;
- c) Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- d) Lote 4 - Média Tensão (MT);
- g) Lote 5 - Iluminação Pública (IP);

10. Peças do procedimento (40.º/1/c))

- a. Modelo de Anúncio do concurso Público na INCM, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP
- b. Programa de Concurso (41.º e 132.º)
- c. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)

11. Encargos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do n.º1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2018. De 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para o ano de 2019, 2020 e 2021, aprovados nas reuniões realizadas dos dias 31 de outubro de 2018 (Órgão Executivo), 14 de Dezembro de 2018 (Órgão Deliberativo) e alteradas por Despacho do Sr. Presidente da Camara Municipal de Braga de 15 de março de 2019 (Órgão Executivo).

12. Júri do Procedimento

Não Aplicável, pois trata-se de Ajuste Direto com convite a uma única entidade (artigo 67.º, n.º 1).

Função	Nome	Carreira/Cargo
Presidente	Carlos Alberto Meireles Martins	Diretor de Departamento
Membros efetivos	Leila Camacho	Técnica Superior
	Bruno Correia	Chefe de Divisão
Membros suplentes	Mónica Leite	Técnica Superior
	Andreia Silva	Técnica Superior

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

14. Isenção de Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei 98/97, de 26 de Agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, os contratos de arrendamento, bem como os de fornecimento de água, gás e eletricidade ou celebrados com empresas de limpeza, de segurança de instalações e de assistência técnica, estão isentos de Fiscalização Prévia do tribunal de Contas

15. Anexos:

1. Cabimento N. Seq.: 41208 e 41209
2. Minuta do Anúncio
3. Convite
4. Caderno de Encargos

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

Por favor, reveja todo o formulário, confirmando os dados que submeteu.

Caso pretenda alterar alguma informação, utilize o botão 'VOLTAR À EDIÇÃO' para voltar a editar o formulário.

Se todo o conteúdo estiver correto utilize o botão 'CONFIRMAR' para confirmar a submissão dos dados.

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

NIF e designação da entidade adjudicante:

506901173 - Município de Braga

Endereço: Praça Municipal

Código postal: 4700 435

Localidade: Braga

Endereço Eletrónico: contratacao publica@cm-braga.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal > 20,7 kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT - Média Tensão (lote 4) e "Iluminação Pública" (lote 5)

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

Valor do preço base do procedimento 9712194.78 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - DIVISÃO EM LOTES, SE FOR O CASO

Lote n.º 1

Designação do lote: Baixa Tensão Normal (BTN) <= 20,7 kVA

Preço base do lote: 1037673.85 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

Lote n.º 2

Designação do lote: Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 kVA

Preço base do lote: 838743.02 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

Lote n.º 3

Designação do lote: Baixa Tensão Especial (BTE)

Preço base do lote: 834944.72 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

Lote n.º 4

Designação do lote: Média Tensão (MT)

Preço base do lote: 707729.95 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

Lote n.º 5

Designação do lote: Iluminação Pública (IP)

Preço base do lote: 6293103.24 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 65310000

6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Braga

País: PORTUGAL

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Código NUTS: PT113

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Restantes contratos

Prazo contratual de 24 meses a contar da celebração do contrato

8 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 6 DO ARTIGO 81.º DO CCP

De acordo com o ponto 21 do programa de concurso

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão do Património - DPCG / DACPGP

Endereço desse serviço: Praça Municipal

Código postal: 4700 435

Localidade: Braga

Endereço Eletrónico: contratacao publica@cm-braga.pt

9.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante

Plataformas Eletrónicas licenciadas pelo IMPIC

AnoGov (<http://www.anogov.com/>)

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS OU DAS VERSÕES INICIAIS DAS PROPOSTAS SEMPRE QUE SE TRATE DE UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO

Até às 18 : 00 do 30 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Mais baixo preço

13 - DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO: Não

14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Câmara Municipal de Braga

Endereço: Praça Municipal

Código postal: 4700 435

Localidade: Braga

Endereço Eletrónico: contratacao publica@cm-braga.pt

Prazo de interposição do recurso: 5 dias

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Regime de contratação: DL nº 18/2008, de 29.01

18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Ricardo Rio

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Braga

Confirmar



Call Center: 217810870

Termos de adesão e envio de atos para a II Série: E-mail: e-anuncio@incm.pt

PROGRAMA DE CONCURSO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do concurso público	2
6. Acesso às peças do procedimento.....	2
7. Órgão competente para prestar esclarecimentos	2
8. Preços unitários base	2
9. Consulta Preliminar	4
10. Documentos que constituem a proposta	4
11. Idioma dos documentos que constituem a proposta:	5
12. Propostas variantes	5
13. Prazo de apresentação das propostas	5
14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem	5
15. Prazo de manutenção das propostas.....	5
16. Critério de adjudicação	6
17. Adjudicação por lotes	8
18. Consultores e estudos de apoio à decisão.....	8
19. Modalidade jurídica de associação de empresas.....	9
20. Caução.....	9
21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	9
22. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	10
23. Despesas e encargos do concorrente.....	10
24. Possibilidade de adoção de ajuste direto – Novos Serviços.....	11
ANEXO I – Instruções para preenchimento do Doc. Europeu Único de Cont. Pública (DEUCP)	12
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	13
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO.....	14
ANEXO IV - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO.....	15
ANEXO V – Modelo de proposta Total por Lote.....	16
ANEXO VI – Modelo de proposta Valores Unitários	17

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público Internacional n.º **CPI/4/2019/DACPGP**

2. Objeto do Procedimento

Fornecimento de Energia Elétrica através do mercado liberalizado de eletricidade para todos os locais de consumo do Município de Braga, alimentados em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo as instalações de Iluminação Pública (IP), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT).

O procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) $\leq 20,7$ kVA;
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) $> 20,7$ kVA;
- c) Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- d) Lote 4 - Média Tensão (MT);
- g) Lote 5 - Iluminação Pública (IP);

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do DL n.º 197/99, de 08.06, reprimado pela Resolução da Assembleia da República nº86/2011 de 11 de Abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09.

5. Fundamentação da escolha do concurso público

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.anogov.pt.

7. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Júri do procedimento

8. Preços unitários base

2/19

Os preços unitários base, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, sendo os valores máximos que a entidade adjudicante aceita pagar e que limitam os preços unitários contratuais, são os seguintes:

Lote 1 - BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada ≤ 20,7 kVA				
Tarifa de venda a clientes finais em BTN, potência contratada ≤ 20,7 kVA				
Ciclo	Energia ativa		Média	
	Simplex	Todas as horas	0,0905 €	
Ciclo Diário	Bi-horário	Horas de vazio	0,0879 €	
		Horas fora de vazio	0,0896 €	
	Tri-horário	Horas de cheia	0,0964 €	
		Horas de ponta	0,0996 €	
		Horas de vazio	0,0817 €	
Ciclo Semanal*	Bi-horário	Horas de vazio	0,0879 €	
		Horas fora de vazio	0,0896 €	
	Tri-horário	Horas de cheia	0,0964 €	
		Horas de ponta	0,0996 €	
		Horas de vazio	0,0817 €	

- Foram considerados os mesmos valores do ciclo diário

Lote 2 - BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada > 20,7 kVA				
Tarifa de venda a clientes finais em BTN, potência contratada > 20,7 kVA				
Ciclo	Energia ativa		Média	
Ciclo Diário	Tri-horário	Horas de cheia	0,0963 €	
		Horas de ponta	0,0996 €	
		Horas de vazio	0,0815 €	
Ciclo Semanal*	Tri-horário	Horas de cheia	0,0963 €	
		Horas de ponta	0,0996 €	
		Horas de vazio	0,0815 €	

- Foram considerados os mesmos valores do ciclo diário

Lote 3 - BTE- Baixa Tensão Especial		
Tarifa de venda a clientes finais em BTE		
Energia ativa		Média
Ciclo Diário	Horas de ponta	0,0981 €
	Horas cheias	0,0937 €
	Horas de vazio normal	0,0837 €
	Horas de super vazio	0,0756 €
Ciclo Semanal*	Horas de ponta	0,0981 €
	Horas cheias	0,0937 €
	Horas de vazio normal	0,0837 €
	Horas de super vazio	0,0756 €

- Foram considerados os mesmos valores do ciclo diário

Lote 4 - MT - Média Tensão		
Tarifa de venda a clientes finais em MT		
Energia ativa		Média
Anual	Horas de ponta	0,0952 €
	Horas cheias	0,0897 €
	Horas de vazio normal	0,0776 €
	Horas de super vazio	0,0735 €

Lote 5 - IP - Iluminação Pública		
Tarifa de venda a clientes finais em BT para iluminação pública		
Energia ativa		Média
Simplex	Todas as horas	0,0882 €
Bi-horário	Horas de vazio	0,0875 €
	Horas fora de vazio	0,0891 €
Tri-horário	Horas de cheia	0,1003 €
	Horas de ponta	0,0996 €
	Horas de vazio	0,0812 €
Tetra-horário*	Horas de ponta	0,0981 €
	Horas cheias	0,0937 €
	Horas de vazio normal	0,0837 €
	Horas de super vazio	0,0756 €

9. Consulta Preliminar

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar quais os preços praticados pelo mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, ao abrigo do presente contrato, tendo sido tomado depois como preço base a média dos preços resultantes dessa consulta preliminar.

10. Documentos que constituem a proposta

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do Anexo I ao presente Programa de Concurso;
2. Proposta com indicação do **preço contratual para cada lote a que concorra**, de acordo com as previsões de consumo conforme **Anexo V** ao presente Programa, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;

3. Documento onde conste, **para cada lote que concorra**, a lista dos preços unitários elaborada conforme modelo **Anexo VI** ao presente programa de concurso, que não devem incluir o IVA.
4. Documento com indicação da percentagem de energias renováveis utilizadas no fornecimento de energia.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

11. Idioma dos documentos que constituem a proposta:

Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

12. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

13. Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 18 horas do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.anogov.pt
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

15. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 120 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

16. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita, para cada um dos lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Para efeitos de avaliação das propostas será utilizado o preço total por lote da proposta apresentada. Para efeitos do disposto do número anterior e para a pontuação final da proposta não serão consideradas as tarifas de acesso às redes (TAR), Potência contratada, Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos, Contribuição Audiovisual (CAV), IVA e outros impostos, taxas ou encargos.
3. O modelo de avaliação das propostas resulta da aplicação da fórmula que de seguida se indica, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar o valor mais baixo, por lote:

Lote 1 $\leq 20,7$ KA: $P_{BTN} = T_F + T_{BH} + T_{TH}$

Onde:

$$T_S = h_S \times Q$$

$$T_{BH} = (h_{fv} \times Q) + (h_v \times Q)$$

$$T_{TH} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_{tv} \times Q)$$

h_S = Preços para energia ativa simples;

h_{fv} = Preços para energia ativa em horas fora de vazio;

h_v = Preços para energia ativa em horas de vazio;

h_p = Preços para energia ativa horas de ponta;

h_c = Preços para energia ativa horas de cheias;

h_{tv} = Preços para energia ativa em horas de vazio;

e :

T_S = Tarifa Simples

T_{BH} = Tarifa Bi-horário

T_{TH} = Tarifa Tri-horário

Q = Quantidade

Lote 2 $> 20,7$ KA: $P_{BTN} = T_{TH}$

Onde:

$$T_{TH} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_{tv} \times Q)$$

h_p = Preços para energia ativa horas de ponta;

h_c = Preços para energia ativa horas de cheias;

h_{tv} = Preços para energia ativa em horas de vazio;

Lote 3 $P_{BTE} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_v \times Q) + (h_{sv} \times Q)$

Onde:

h_p = Preços para energia ativa horas de ponta;

h_c = Preços para energia ativa horas de cheias;

h_v = Preços para energia ativa em horas de vazio;

h_{sv} = Preços para energia ativa em horas de supervazio;

$$\text{Lote 4 } P_{MT} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_v \times Q) + (h_{sv} \times Q)$$

Onde:

h_p = Preços para energia ativa horas de ponta;

h_c = Preços para energia ativa horas de cheias;

h_v = Preços para energia ativa em horas de vazio;

h_{sv} = Preços para energia ativa em horas de supervazio;

$$\text{Lote 5 } P_{IP} = T_S + T_{BH} + T_{TH} + T_{TETRAH}$$

Onde:

$$T_S = h_s \times Q$$

$$T_{BH} = (h_{fv} \times Q) + (h_v \times Q)$$

$$T_{TH} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_v \times Q)$$

$$T_{TETRAH} = (h_p \times Q) + (h_c \times Q) + (h_v \times Q) + (h_{sv} \times Q)$$

Onde:

T_S = Tarifa Simples

T_{BH} = Tarifa Bi-horário

T_{TH} = Tarifa Tri-horário

T_{TETRAH} = Tarifa Tetra-horário

H_s = Preços para energia ativa simples;

h_{fv} = Preços para energia ativa em horas fora de vazio;

h_v = Preços para energia ativa em horas de vazio;

h_p = Preços para energia ativa horas de ponta;

h_c = Preços para energia ativa horas de cheias;

h_v = Preços para energia ativa em horas de vazio

Q = Quantidade existente para cada tarifa.

P_{BTN} = Proposta para Baixa Tensão Normal

P_{BTE} = Proposta para Baixa Tensão Especial

P_{MT} = Proposta para Média Tensão

P_{IP} = Proposta para Iluminação Pública

4. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação **até à terceira casa decimal**.

5. Critérios de desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate, por lote:

Lote1:

1. Menor preço apresentado para Tarifa Simples;
2. Menor preço apresentado para Horas Fora de Vazio;

3. Menor preço apresentado para Horas Vazio;
4. Menor preço apresentado para Horas de Ponta
5. Maior percentagem de energias renováveis utilizadas no fornecimento de energia.

Lote2:

1. Menor preço apresentado para Horas de Vazio;
2. Menor preço apresentado para Horas Cheias;
3. Menor preço apresentado para Horas de Ponta
4. Maior percentagem de energias renováveis utilizadas no fornecimento de energia

Lote3:

1. Menor preço apresentado para Horas Cheias;
2. Menor preço apresentado para Horas Vazio Normal;
3. Menor preço apresentado para Horas de Ponta;
4. Menor preço apresentado para Horas de Super vazio;
5. Maior percentagem de energias renováveis utilizadas no fornecimento de energia

Lote4:

1. Menor preço apresentado para Horas Cheias;
2. Menor preço apresentado para Horas Vazio Normal;
3. Menor preço apresentado para Horas de Ponta;
4. Menor preço apresentado para Horas de Super vazio;
5. Maior percentagem de energias renováveis utilizadas no fornecimento de energia

Lote5:

1. Menor preço apresentado para Horas Vazio;
2. Menor preço apresentado para Horas Cheias;
3. Menor preço apresentado para Horas de Ponta;
6. Se, efetuadas as operações indicadas nas alíneas anteriores, para um ou todos os lotes, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

17. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar propostas para um, para vários ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um, vários ou todos os lotes ao mesmo concorrente.

18. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

19. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

20. Caução

1. Quando o preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere 200.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5%, nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato deve ser prestada:
3. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
5. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.
6. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa de Concurso.

2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
4. Certificado de registo criminal, ou documento equivalente, **do próprio** no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e **da própria pessoa coletiva**, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
5. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.¹
6. Declaração de início de atividade.²
7. Documentos de habilitação previstos nos números 3 e 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso;
8. Licença / Registo de comercialização de eletricidade válida em Portugal Continental, emitida pela DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia;

22. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 dias após a notificação da adjudicação.
2. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo da audiência prévia.
3. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º.

23. Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

¹ Não aplicável a entidades não comerciais.

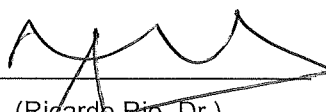
² Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

24. Possibilidade de adoção de ajuste direto – Novos Serviços

1. Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.
2. A variação do número de pontos de consumo, não é considerada alteração as condições do contrato em vigor na sequência do presente Concurso Público.

Braga, 12 de Abril de 2019

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio, Dr.)

ANEXO I – Instruções para preenchimento do Doc. Europeu Único de Cont. Pública (DEUCP)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- a. "Sou um operador económico";
- b. "Importar um DEUCP";
- c. "Carregar documento" – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma www.anogov.com;
- d. Selecionar o país do concorrente;
- e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f. No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽³⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁵⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁶⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽⁷⁾]

⁽³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁷⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO IV - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V – Modelo de proposta Total por Lote⁸

Modelo da Proposta

(a que se refere o artigo 10.º n.º do presente Programa de Concurso)

Identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (*qualidade em que subscreve a declaração*) da (*identificação da sociedade ou do agrupamento*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso Público com publicidade internacional “.....”, a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas pelo **preço global** de € (*em euros, por extenso e por algarismos*), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado, relativo ao Lote:

O valor supra mencionado, encontra-se discriminado no ficheiro Excel denominado “Anexo V Programa de Concurso” o qual faz parte integrante da proposta.

Local e data

Assinatura ⁹

⁸ Utilizar uma por cada lote

⁹ nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO VI – Modelo de proposta Valores Unitários

Modelo de Proposta

(a que se refere o artigo 10.º n.º 3 do presente Programa de Concurso)

[Denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente], depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a Concurso denominado "Fornecimento de Energia Elétrica através do mercado liberalizado de eletricidade para todos os locais de consumo do Município de Braga, alimentados em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo as instalações de Iluminação Pública (IP), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE)", a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20__, obriga-se a cumpri-lo integralmente em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço unitário composto pelas seguintes parcelas:

Lote 1 – Instalações em Baixa Tensão Normal (BTN) <= 20,7 Kva

	Ciclo	DESIGNAÇÃO	PREÇO PROPOSTO	
			Ciclo horário diário	Ciclo horário semanal
1.1.	Simplex	Energia ativa (tarifa simples)		
1.2	Bi-horário	Energia ativa em horas fora de vazio		
1.3		Energia ativa em horas de vazio		
1.4	Tri-horário	Energia ativa horas de ponta		
1.5		Energia ativa horas de cheias		
1.6		Energia ativa horas de vazio		

Lote 2 – Instalações em Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 Kva

	Ciclo	DESIGNAÇÃO	PREÇO PROPOSTO	
			Ciclo horário diário	Ciclo horário semanal
2.1	Tri-horário	Energia ativa horas de ponta		
2.2		Energia ativa horas de cheias		
2.3		Energia ativa horas de vazio		

Lote 3 – Instalações em Baixa Tensão Especial (BTE)

DESIGNAÇÃO		PREÇO PROPOSTO	
		Ciclo horário diário	Ciclo horário semanal
3.1	Energia ativa horas de ponta		
3.2	Energia ativa horas de cheias		
3.3	Energia ativa horas de vazio		
3.4	Energia ativa horas de supervazio		

Lote 4 – Instalações em Média Tensão (MT)

DESIGNAÇÃO		PREÇO PROPOSTO
		Ciclo Anual
4.1	Energia ativa horas de ponta	
4.2	Energia ativa horas de cheias	
4.3	Energia ativa horas de vazio	
4.4	Energia ativa horas de supervazio	

Lote 5 – Iluminação Pública

	Ciclo	DESIGNAÇÃO	PREÇO PROPOSTO	
			Ciclo horário diário	Ciclo horário semanal
5.1.	Simplex	Energia ativa (tarifa simples)		
5.2	Bi-horário	Energia ativa em horas fora de vazio		
5.3		Energia ativa em horas de vazio		
5.4	Tri-horário	Energia ativa horas de ponta		
5.5		Energia ativa horas de cheias		
5.6		Energia ativa horas de vazio		
5.4	Tetra - horário	Energia ativa horas de ponta		
5.5		Energia ativa horas de cheias		
5.6		Energia ativa horas de vazio		

NOTA1: Os preços apresentados não incluem as componentes de acesso às redes, nem outros custos, taxas e encargos que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, devam ser cobrados aos consumidores finais de energia elétrica.

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1.ª Objeto	2
2.ª Prazo do contrato.....	2
3.ª Obrigações principais do adjudicatário.....	2
4.ª Indexantes.....	3
5.ª Preço contratual por lote	3
6.ª Revisão de preços	4
7.ª Condições de pagamento.....	4
8.ª Penalidades contratuais.....	5
9.ª Dever de sigilo	6
10.ª Força maior	6
11.ª Resolução por parte da entidade adjudicante.....	7
12.ª Resolução por parte do adjudicatário.....	7
13.ª Foro competente	7
14.ª Subcontratação e cessão da posição contratual.....	8
15.ª Comunicações e notificações.....	8
16.ª Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais	8
17.ª Local e condições de entrega dos bens	8
18.ª Gestor do Contrato	10
19.ª Contagem dos prazos.....	10
20.ª Legislação aplicável.....	10
Parte II – Cláusulas Especiais	11
21.ª Especificações técnicas	11
Anexo I.....	11
Anexo II.....	11

PARTE I – Cláusulas Gerais**1.ª Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o Fornecimento de Energia Elétrica através do mercado liberalizado de eletricidade para todos os locais de consumo do Município de Braga, alimentados em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo as instalações de Iluminação Pública (IP), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT).

O procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) \leq 20,7 kVA;
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) $>$ 20,7 kVA;
- c) Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- d) Lote 4 - Média Tensão (MT);
- g) Lote 5 - Iluminação Pública (IP, que inclui BTN);

2.ª Prazo do contrato

- 1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 meses a contar da data que venha a ser expressamente definida para o efeito no contrato, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no n.º 3 da cláusula 5.ª, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3.ª Obrigações principais do adjudicatário

- 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação do fornecedor recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. Em particular, deve ficar assegurado pelo fornecedor uma ou mais modalidades de atendimento (presencial, telefónica ou escrita, na qual se inclui o correio eletrónico) que garanta o relacionamento comercial completo (comunicação de leituras e avarias, esclarecimentos sobre faturação, preços, serviços disponíveis, etc.);
 - b. Obrigação de faturação de energia elétrica efetuada de acordo com as opções tarifárias e os ciclos horários indicados no Anexo I (Caraterização dos Locais de Consumo) do presente Caderno de Encargos, por lote.
 - c. Obrigação de emissão mensal de fatura eletrónica de todos os pontos de consumo, por lote.

Para além da informação sobre o preço da eletricidade e os valores de consumo relativos ao período de faturação, as faturas emitidas devem desagregar os valores faturados, evidenciando, nomeadamente os valores relativos às tarifas de acesso às redes. O adjudicatário deverá, durante todo o período de duração do contrato, facultar esta informação, num formato editável e que permita ao Município de Braga o tratamento adequado daquela. Para os efeitos dos parágrafos anteriores, a obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês.

- d. Obrigação da fatura apresentar emissões de CO₂.
- e. Em caso de descida da taxa a aplicar às tarifas de acesso às redes reguladas pela ERSE, os preços serão revistos e ajustados, de forma a refletir essa diminuição.
- f. Obrigação de designar um gestor dedicado ao acompanhamento da execução do contrato que desempenhe o papel de interlocutor com o contraente público para todos os fins associados à execução do contrato e informar por escrito, a respetiva identidade e contactos no prazo máximo de 5 dias após a assinatura do contrato.

4.ª Indexantes

- 1. Para efeitos do apuramento de uma estimativa do preço contratual, para o fornecimento durante dois anos, são contabilizados os preços da componente de energia ativa constantes da proposta, e acrescidos das componentes definidas no n.º 2 da Cláusula 5.ª, aplicados ao consumo estimado por parte da Entidade Adjudicante, nos termos constantes do Anexo II ao presente Caderno de Encargos e multiplicado por dois.
- 2. A estimativa do preço contratual é apurada de acordo com o Anexo I (Caracterização dos Locais de Consumo) e o Anexo II (Perfil de Consumos para 1 ano de contrato) ambos do CE, obedecendo ao disposto no Anexo VI (Modelo de Proposta) do programa de concurso.

5.ª Preço contratual por lote

- 1. Pelo fornecimento dos serviços objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o preço unitário em função do consumo efetivamente verificado, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se, também, a pagar ao prestador de serviços:
 - a. Em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes em cada nível de tensão, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, nomeadamente:
 - i. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Ponta (se aplicável);

- ii. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Cheia (se aplicável);
 - iii. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Vazio (se aplicável);
 - iv. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Super Vazio (se aplicável);
 - v. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Fora do Vazio (se aplicável);
 - vi. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em tarifa simples (se aplicável);
 - vii. Componente de Rede relativa a Energia Reativa Fornecida (se aplicável);
 - viii. Componente de Rede relativa a Energia Reativa Consumida (se aplicável);
 - ix. Componente de Potência de Horas de Ponta (se aplicável);
 - x. Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
 - xi. Outras taxas legalmente obrigatórias;
3. Os valores contratuais estimados, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderá exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):
- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) $\leq 20,7$ kVA - **531 550,85 €**;
 - b) Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) $> 20,7$ kVA - **469 994,95 €**;
 - c) Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE) – **466 369,17 €**;
 - d) Lote 4 - Média Tensão (MT) – **458 520,69 €**;
 - e) Lote 5 - Iluminação Pública (IP, que inclui BTN) – **3 753 099,39 €**;
4. O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 9 712 194,78, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
5. O preço referido no número 3 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

6.ª Revisão de preços

Os preços constantes das propostas não serão revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas no número 2 da cláusula anterior de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a vigorar em cada ano civil.

7.ª Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30** dias após a receção pela Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão, sita no Edifício dos Paços do Concelho – Praça Municipal, 4704-514 Braga, das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços, nos termos do artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente.
3. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas deverão ser emitidas, **por lote**, em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a referência do procedimento e o respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.

8.ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos¹:
 - a) Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário uma pena pecuniária diária de 1%, até perfazer 5% do valor do contrato.
 - b) A pena pecuniária referida no ponto anterior será igual ao preço da potência contratada (€/dia) somada ao custo diário de energia ativa verificado no período anterior (€/dia), por cada dia em falta.
 - c) Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por prazo superior a 5 (cinco) dias poderá a entidade adjudicante rescindir o contrato, notificando o adjudicatário, sendo este obrigado a manter o fornecimento por mais 120 (cento e vinte) dias se a entidade adjudicante carecer deste de forma a assegurar o normal funcionamento nessa área de atuação.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega.

¹ De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 329.º CCP, não pode exceder os 20% do preço contratual

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

9.ª Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O adjudicatário obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os *dossiers*, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros.
6. O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados.

10.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

11.ª Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, (designadamente nos seguintes casos):
 - a) Se recuse a proceder a alterações, a reparações ou a substituições julgadas necessárias para garantir a operacionalidade do objeto do contrato;
 - b) Cumprimento das exigências e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
2. O direito de resolução referido ao número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

12.ª Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

13.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

14.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

15.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

16.ª Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais

O fornecimento de energia elétrica objeto do presente Concurso deve respeitar e atender à Legislação em vigor em Portugal nesta matéria, nomeadamente:

- O Regulamento de Relações Comerciais do Sector Elétrico, aprovado pelo Regulamento n.º 561/2014 da ERSE, publicado no Diário da República, II.ª Série n.º 246, de 22 de Dezembro de 2014, com as alterações introduzidas pelo Regulamento 632/2017 da ERSE, publicado no Diário da República, II.ª Série n.º 244, de 21 de Dezembro de 2017,
- O disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental, publicado pela ERSE em 2016.
- O Regulamento Tarifário,
- O regulamento do Acesso às Redes e às Interligações
- E o Regulamento da Qualidade de Serviço.

17.ª Local e condições de entrega dos bens

1. A potência a contratar, o ciclo de faturação, as quantidades estimadas de energia a consumir, os locais a fornecer, bem como todas as demais condições deste fornecimento constam do presente Caderno de Encargos (CE) e dos seus quadros que dele fazem parte integrante.
2. O contrato a celebrar será executado nos diversos locais do Município de Braga, referidos no Anexo I ao presente CE.
3. As quantidades de energia elétrica a contratar são indicativas, podendo as mesmas vir a ser alteradas pela introdução de variações do consumo durante a execução do presente contrato.

4. Caso venham a ser estabelecidos diferentes tarifários, a entidade adquirente escolherá o tarifário que melhor se adaptará aos seus perfis de consumo.
5. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
6. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
7. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
8. A entidade adjudicante reserva-se ainda ao direito de, em virtude da implementação de medidas especificadas no ponto anterior, ou em virtude de outro tipo de alterações ao nível do perfil de consumos, a possibilidade de efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.
9. Não são consideradas alterações ao contrato:
 - a. A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
 - b. Aumento ou diminuição do consumo, por força, nomeadamente, da variação do número de luminárias e das suas características técnicas, ou com eventual aumento ou redução do consumo;
 - c. A instalação de outros equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética.
10. A faturação deverá ser feita por medição, em função dos consumos obtidos.
11. Quando tal não for possível a faturação poderá ser estimada, de acordo com a tipologia do local de consumo, numa periodicidade máxima de 3 (três) meses.
12. Nos casos em que exista telecontagem a mesma deverá ser fornecida sempre que solicitada pela entidade adjudicante.
13. Na ausência de sistemas de telecontagem, ou na ausência de comunicação de leituras pela Entidade Adjudicante, deverá o Adjudicatário respeitar a periodicidade de realização das leituras pelo Operador da Rede de Distribuição.
14. Nos locais de consumo em que não existe equipamento de contagem de energia elétrica, deve ser aplicada a medição pelo método de estimativa do Consumo Fixo (ponto 33.3 do Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados - Portugal Continental).
15. Quando não existam sistemas de medição de consumos adequados (e.g. contadores multi-horários), a contagem de energia elétrica, por períodos horário, e tendo em conta a tipologia do local de consumo, deverá ser feita de acordo com o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental, publicado pela ERSE em 23 de Dezembro de 2016, nomeadamente com os Perfis de Consumo aplicáveis publicados sub-regulamentação específica, conforme disponibilizado pela ERSE.
16. O Ciclo horário a considerar deverá ser o indicado para cada um dos locais de consumo constantes no Anexo I (Caracterização dos Locais de Consumo) do presente Caderno de Encargos,

podendo no entanto vir a sofrer eventual alteração caso se torne vantajoso para a entidade adjudicante, conforme mencionado no ponto 7 da presente cláusula.

17. A estimativa de consumos indicada no Anexo II (Perfil de Consumos Globais) do presente Caderno de Encargos é meramente indicativa, relativa a 1 ano de consumos, sendo válida para descrição histórica dos consumos verificados para cada instalação e para avaliação das propostas a apresentar pelos Concorrentes.

18.ª Relatório de Faturação

1. É obrigação da entidade fornecedora remeter à entidades adquirente um relatório mensal de faturação em papel e, via correio eletrónico, em ficheiro com formato excel de faturação.

2. O relatório de faturação, a que se refere o n.º 1 do presente artigo, deverá conter os seguintes dados:

- a) Identificação do número do contrato;
- b) Número de identificação do local;
- c) Consumo em kWh;
- d) Valor de consumo em euros;
- e) Tarifa horária;
- f) Potência contratada;
- g) Número, data e valor das faturas;
- h) Datas de início e fim do contrato.

19.ª Gestor do Contrato

O gestor nomeado para o contrato objeto deste procedimento, nos termos do art.º 290º-A, do CCP é - Bruno Hélder Félix Neves Correia

20.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

21.ª Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

22.ª Especificações técnicas

Anexo I

(Caracterização dos Locais de Consumo)

(LISTAGEM DE INSTALAÇÕES)

Encontram-se no documento Excel anexo ao presente caderno de encargos

Anexo II

(Perfil de Consumos Globais/Ano)

Lote 1 - BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada <= 20,7 kVA				
Ciclo	Energia ativa		Quantidade	Un
	Simplex	Todas as horas	851 477	kWh
Ciclo Diário	Bi-horário	Horas de vazio	506 016	kWh
		Horas fora de vazio	565 613	kWh
		Horas de cheia	320 487	kWh
	Tri-horário	Horas de ponta	114 930	kWh
		Horas de vazio	339 886	kWh
		Horas de cheia	44 067	kWh
Ciclo Semanal	Bi-horário	Horas fora de vazio	59 812	kWh
		Horas de cheia	63 544	kWh
	Tri-horário	Horas de ponta	19 689	kWh
		Horas de vazio	75 019	kWh
		Horas de cheia	933 652	kWh

Lote 2 - BTN- Baixa Tensão Normal, potência contratada > 20,7 kVA				
Ciclo	Energia ativa		Quantidade	Un
Ciclo Diário	Tri-horário	Horas de cheia	933 652	kWh
		Horas de ponta	344 463	kWh
		Horas de vazio	1 140 880	kWh
Ciclo Semanal	Tri-horário	Horas de cheia	96 784	kWh
		Horas de ponta	22 771	kWh
		Horas de vazio	76 175	kWh

Lote 3 - BTE- Baixa Tensão Especial				
Energia ativa			Quantidade	Un
Ciclo Diário		Horas de ponta	488 585	kWh
		Horas cheias	1 188 252	kWh
		Horas de vazio normal	574 562	kWh
		Horas de super vazio	341 591	kWh
Ciclo Semanal		Horas de ponta		kWh
		Horas cheias		kWh
		Horas de vazio normal		kWh
		Horas de super vazio		kWh

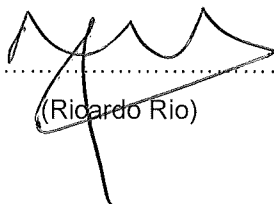
Lote 4 - MT - Média Tensão				
Energia ativa			Quantidade	Un
Anual		Horas de ponta	330 501	kWh
		Horas cheias	1 307 324	kWh
		Horas de vazio normal	714 227	kWh
		Horas de super vazio	341 573	kWh

Lote 5 - IP - Iluminação Pública (BTN)				
Energia ativa	Ciclo		Quantidade	Un
Simplex		Todas as horas	3 768	kWh
Bi-horário		Horas de vazio		kWh
		Horas fora de vazio		kWh
Tri-horário	Diário	Horas de cheia	306 633	kWh
		Horas de ponta	268 077	kWh
		Horas de vazio	1 729 291	kWh
Tri-horário	Semanal	Horas de cheia	5 119 872	kWh
		Horas de ponta	1 291 380	kWh
		Horas de vazio	12 761 066	kWh
Tetra-horário	Diário	Horas de ponta		kWh
		Horas cheias		kWh
		Horas de vazio normal		kWh
		Horas de super vazio		kWh

Despacho:

Braga, 19 04 14

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					2019				Anos seguintes									
					AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)	
02	FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 252	DESPORTO, RECREIO E LAZER																	
02 252	2019/12	Reabilitação de Parque Infantil - S. Lázaro	07 07010302	E				02	01/2019	12/2020	0		60 000	10 000	50 000	40 000		100 000
			Totais do Programa 252:														24 219 500	
			Totais do Objetivo 02:														99 527 156	
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS																	
03 320	INDÚSTRIA E ENERGIA																	
03 320	2017/16	GESTÃO ENERGÉTICA																
03 320	2017/16 1	Iluminação Pública	07 020225	O				03	01/2017	12/2022	0		3 076 000	1 300 000	1 776 000	3 383 000	3 383 000	13 225 000
03 320	2017/16 2	Mais Eficiência Energética na Iluminação	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2021	0		30 000	30 000			30 000	30 000	90 000
03 320	2017/16 3	Remodelação e Requalificação de Redes de Iluminação	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2021	0		300 000	300 000			600 000	300 000	1 200 000
03 320	2017/16 4	Auditorias Energéticas a Edifícios Municipais	07 020214	E			02	01/2017	12/2021	0		10 000	10 000			10 000	10 000	30 000
03 320	2017/16 5	Emissão de Certificados Energéticos de Edifícios Municipais	07 020214	E			02	01/2017	12/2021	0		10 000	10 000			10 000	10 000	30 000
03 320	2017/16 6	Consultoria em Eficiência Energética	07 020214	E			02	01/2017	12/2021	0		10 000	10 000			10 000	10 000	30 000
03 320	2017/16 7	Projeto de Execução de Especialidade no âmbito de Candidaturas e Fundos Comunitários	07 020214	E			02	01/2017	12/2021	0		30 000	30 000			20 000	20 000	70 000
03 320	2017/16 8	Remodelação e Requalificação de Redes de Iluminação do Parque Escolar	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2021	0		75 000	75 000			75 000	75 000	225 000
03 320	2017/16 9	Encargos das instalações - eletricidade	0102 020201	O			03	01/2017	12/2022	0		1 700 000	1 200 000	500 000		1 800 000	1 800 000	7 100 000
03 320	2019/13	Requalificação no âmbito da Eficiência Energética do Edifício do Pólo	07 07030301	E	15	85	02	01/2019	12/2020	0		400 000	400 000			500 000		900 000
03 320	2019/14	Requalificação no âmbito da Eficiência Energética do Edifício dos Paços do Concelho	07 07030301	E	15	85	02	01/2019	12/2020	0		150 000	150 000			150 000		300 000
			Totais do Programa 320:														23 200 000	
03 331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																	
03 331	2016/24	Remodelação e conservação de pavimentos em vias classificadas e caminhos vicinais, incluindo reconstrução de muros de suporte	07 07030308	E				02	01/2016	12/2020	0		1 800 000	1 800 000		1 000 000		2 800 000
03 331	2016/64	Sinalização Rodoviária e Semaforização	07 07010409	O				02	01/2016	12/2019	0		200 000	200 000				200 000
03 331	2016/599	Instalação e reparação de sistemas de drenagem de águas pluviais	07 07030308	E				02	01/2016	12/2020	0		300 000	300 000		1 000 000		1 300 000
03 331	2016/680	Reforço estrutural do parque de estacionamento da Cangosta da Palha	07 07030301	E				02	01/2016	12/2020	1		50 000	50 000		700 000		750 000
03 331	2016/998	Repavimentação da EM 565 - Navarra	07 07030301	E				02	01/2016	12/2020	0		60 000	60 000		500 000		560 000

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

REQ. INTER: 2158/2019

Serviço Requiritante: 74 Div. Eletromecânica Ilum P. Energ

Organica: 07 Obras e Serviços Municipais

Económica: 020225 Outros serviços

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS
320 INDÚSTRIA E ENERGIA
2017/16 GESTÃO ENERGÉTICA
Acc.: 1 Iluminação Pública

N.Seq.: 41208

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 3 300 000,00

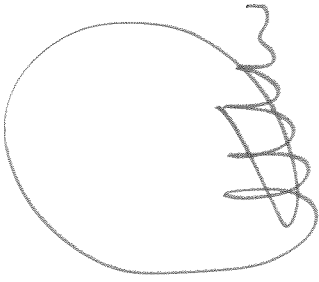
Cabimentado: 3 021 232,67

Saldo: 278 767,33

Dependente de: Pedido n. 2235/2019 referente a RI n. 2158/2019

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
17/04/2019	9503	1 932 809,50				1 932 809,50	Serviços



Câmara Municipal de Braga

REQUISIÇÃO INTERNA

Serviço requisitante	Número	Data	Orgânica	Económica	Saldo disponível
Div. Eletromecânica Ilum P. Energ (74)	2158	16-04-2019			,00

GOP

Saldo GOP ,00

Bem ou Serviço	Tipo produto	Tipo de procedimento
111011022 - Câmara Municipal Serviço CC	Serviços (oad)	Concurso público internacional (CCP Novo)

Local entrega	Fornecedor

Descrição	Serviços	Nº Contab.	
Legislação	Artigo 20.º, al. a) do Código dos Contratos Públicos	Ped.cab.nº	2235
Obs			

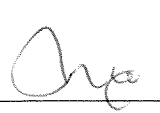
Fundamentação da necessidade:
A presente aquisição prende-se com a necessidade de despoletar o procedimento tendente à aquisição de serviços de distribuição elétrica de iluminação pública.

Nº	Código	Designação	CPV	Un	Iva	D.%	Quant.	Preço unitário	Total
1	653110001	Distribuição de electricidade - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LOTE 5	65310000	Un	23		6,000	259 938,3400	1 559 630,04
2	653110001	Distribuição de electricidade - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LOTE 5	65310000	Un	6		6,000	2 274,3000	13 645,80
SUB-TOTAL:		1 573 275,84	DESCONTO:		,00	VALOR IVA:	359 533,66	TOTAL:	1 932 809,50

Ano	Valor com Iva
2020	3865619,00
2021	1932809,50

Gestor do contrato:

Bruno Helder Felix Neves Correia

Responsável do Serviço Requisitante	Divisão de Aprovisionamento	Autorizo o Procedimento
 16/4/2019		Presidente de Câmara Câmara Municipal

sandro.louro

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

REQ. INTER: 2123/2019

Serviço Requiritante: 74 Div. Eletromecânica Ilum P. Energ

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 020201 Encargos das instalações

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

320 INDÚSTRIA E ENERGIA

2017/16 GESTÃO ENERGÉTICA

Acc.: 9 Encargos das instalações - eletricidade

N.Seq.: 41209

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 2 100 000,00

Cabimentado: 1 588 823,96

Saldo: 511 176,04

Dependente de: Pedido n. 2200/2019 referente a RI n. 2123/2019

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
17/04/2019	9504	1 050 452,06				1 050 452,06	Serviços, CPI/4/19/DACPGP